

Notas DMA

Seminário apresenta a experiência britânica em gestão de água e resíduos sólidos



Seminário contou com delegação de empresários britânicos da área ambiental. Foto: Beto Moussalli / Fiesp

Os aspectos técnicos e institucionais da gestão da água e de resíduos sólidos em território britânico foram discutidos no seminário internacional “A experiência britânica em gestão de água e resíduos sólidos”, realizado no dia 30 de setembro, na sede da Fiesp. No evento,

também foram apresentadas as ações de remediação de terrenos e proteção de margens fluviais implementadas pelo governo britânico para a realização das Olimpíadas de Londres, em 2012.

O seminário, realizado pela UK Trade & Investment Brazil e pela Fiesp, contou com a participação de Richard Benyon, subsecretário parlamentar de Estado para Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido; John Doddrell, Cônsul-Geral Britânico em São Paulo; Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, e Eduardo San Martin, diretor de Meio Ambiente do Ciesp e da Fiesp.

Conferência sobre Diversidade Biológica

A Fiesp participou da 17ª Reunião do Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological Advice - SBSTTA (Conferência sobre Diversidade Biológica - CDB), realizada de 14 a 18 de outubro em Montreal, Canadá.

A delegação da Fiesp, coordenada pelo diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, contou com a participação de outros departamentos da entidade. A reunião, preparatória para a COP 12, que ocorrerá na Coreia do Sul, em 2014, teve como foco a análise e discussão dos meios de implementação das Metas de Aichi. Foram avaliados aspectos relacionados a questões técnicas, de financiamento e formas de envolvimento dos stakeholders, inclusive governos, para a efetividade das ações.



Delegados discutiram meios de implementação das Metas de Aichi. Fotos: <http://www.cbd.int/SBSTTA/>

Plano sobre o uso de recursos hídricos na macrometrópole paulista é apresentado na Fiesp



Reunião sobre os estudos do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos. Foto: Beto Moussalli / Fiesp

O Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, região que concentra 70% da população do Estado e compreende as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Jundiaí e Piracicaba, além do Vale do Paraíba, Ribeira de Iguape e Sorocaba, foi detalhado em apresentação realizada na Fiesp no dia 1º de outubro. No evento, foram apresentados dados relacionados ao abastecimento de água em residências, indústrias, comércios, hospitais e agronegócio, bem como para geração de energia. O Plano foi apresentado por Carlos Alberto Pereira, diretor técnico da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape). Ele ressaltou que “garantir a segurança hídrica, mesmo durante momentos de escassez de água, é um dos principais objetivos do Plano”. Durante a apresentação, Pereira afirmou que os recursos hídricos estão diretamente vinculados ao desenvolvimento econômico e social.

“A macrometrópole paulista tem vocação para se tornar uma região de primeiro mundo. Para isso, é necessária uma oferta de água abundante e de qualidade, com segurança hídrica capaz de atrair mais investimentos”. De acordo com o diretor da Cobrape, atender a todas as demandas futuras de água da região é um desafio significativo. “Até 2035, a macrometrópole terá mais 6,5 milhões de pessoas, segundo a Fundação Seade”. Marcelo Asquino, assessor de gabinete da Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional, que coordena os trabalhos do Plano Diretor, ressaltou que o assunto impacta a realidade das políticas públicas. O assessor do gabinete da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Rui Brasil Assis, destacou que “o foco do Plano é trabalhar o consumo humano, com a minimização de conflitos, que já não são raros em nossa região”. “A questão dos recursos hídricos é fundamental. A partir de um planejamento das bacias do País poderíamos criar um crescimento real e sustentável”, disse Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, na abertura do evento.

Encontro sobre saneamento básico traça o panorama do setor no Brasil

“É preciso avançar muito em infraestrutura básica. Saneamento é primordial para o desenvolvimento sustentável”. Foi com esse alerta que o diretor titular do Departamento de Infraestrutura (Deinfra) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Cavalcanti, abriu, na manhã do dia 8 de outubro, o 3º Encontro de Saneamento Básico, realizado na sede da Fiesp e que teve como tema “Recuperar o Tempo Perdido”. Em sua apresentação, Cavalcanti traçou um panorama do problema no País. “Em 2010, a Organização Mundial de Saúde colocou o Brasil em 9º lugar no ranking dos países nos quais mais pessoas enfrentam problemas como a falta de banheiro em casa. São 13 milhões de brasileiros nessa situação”, ressaltou. De acordo com o diretor do Deinfra, mais de 2 mil pessoas morrem no Brasil todos os anos por problemas intestinais e gástricos. Entre as crianças, o índice de aproveitamento escolar para quem não tem acesso ao saneamento básico é 20% menor. “O acesso ao saneamento aumenta a produtividade e a renda do trabalhador”, afirmou. Também presente na abertura do evento, o secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, Edson Giriboni, disse

que tem havido, em âmbito estadual, uma mudança cultural para colocar o saneamento como prioridade de governo. “Buscamos a universalização naquilo que é responsabilidade do Estado”, salientou. De acordo com o secretário, nos últimos quatro anos, foram entregues ou estão em obras 170 novas estações de tratamento de esgoto. “Mais de 80 dessas estações estão em pequenos municípios. E isso com recursos do Estado”.

Para o vice-presidente e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, o saneamento é um dos setores mais defasados da infraestrutura. “O saneamento é o primo pobre da infraestrutura. Temos um quadro crítico que repercute na saúde pública e no meio ambiente”, afirmou. Segundo ele, a questão do saneamento não pode ser tratada isoladamente. “São questões que transcendem os municípios e as regiões, tanto que a Fiesp estimula as empresas a fazerem a sua parte.



Para Nelson Reis, o saneamento é um dos setores mais defasados da infraestrutura. Foto: Everton Amaro / Fiesp

Mais de 80% das indústrias de São Paulo adotam práticas para reduzir o consumo de água”, destacou. Nelson Reis observou que o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, criou, logo em sua primeira gestão, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água. “A Fiesp está engajada e quer tirar da lista de desafios essa questão de deixar o saneamento sempre para segundo plano”, afirmou. (Leia o texto na íntegra em <http://www.fiesp.com.br/noticias>)

Fiesp e Países Baixos assinam acordo de cooperação na área ambiental



Parceria estabelece compartilhamento de conhecimentos sobre responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, instrumentos regulatórios, econômicos e tecnológicos. Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) firmou em 10 de outubro, na sede da entidade, acordo de cooperação com o Reino dos Países Baixos. O acordo foi assinado durante a visita da ministra de Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento dos

Países Baixos, Lilianne Ploumen. A ministra foi recebida pelo 2º vice-presidente da Fiesp, João Guilherme Sabino Ometto, que também lidera o Comitê de Mudanças Climáticas da entidade. O acordo visa à troca de informações e experiências frente aos desafios ambientais globais. Entre os temas prioritários, estão a descontaminação do solo e tratamento de água, instalações e redes de centros de reciclagem e a transformação de resíduos sólidos em energia, com a finalidade de minimizar o descarte.

A importância do acordo reside no fato de que a Fiesp tem se empenhado no fomento à adoção de boas práticas ambientais, tais como o reúso de água e a reciclagem de resíduos sólidos. E a Holanda, por sua vez, aposta no

desenvolvimento de tecnologia e conta com larga experiência no campo da reciclagem. A Fiesp já havia estreitado laços com instituições holandesas com a visita do Príncipe de Orange, Willem-Alexander, em novembro de 2012, especialmente no setor de biotecnologia, mas também com ênfase nas questões ambientais, culminando inclusive com uma missão empresarial que levou cerca de 30 empresários para conhecer a experiência daquele país.

Pela Fiesp, também participaram do encontro representantes do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex), do Departamento de Meio Ambiente (DMA), do Comitê da Cadeia Produtiva da Bioindústria (BioBrasil), do Comitê de Responsabilidade Social (Cores) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP).

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

DMA promove reunião para subsidiar discussões relacionadas à recuperação de ambientes hídricos

O DMA sediou, em 12 de setembro, o evento “Produtos utilizados em ambientes hídricos”, promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental (Aesas). O evento contou com a presença, entre outros, de Márcio Rodrigues de Freitas, coordenador do grupo de trabalho de Recuperação de Ambientes Hídricos, da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CT-QAGR), do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e de Vicente Aquino Neto, gerente do setor de Avaliação e Auditoria de áreas da Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº 90/2012 – Acreditação de amostragem

O DMA participou, em 13 de setembro, da reunião em que foi discutida a minuta de resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) que definirá as matrizes ambientais a serem reguladas e prazos de adequação. A resolução, que não inclui a regulação das matrizes ambientais resíduos sólidos e solo, revogará as Resoluções SMA nº 90, de 13/11/2012, nº 39, de 20/05/2013, e nº 58, de 15/07/2013. O DMA representa a Fiesp no grupo de trabalho constituído pela SMA com o objetivo de avaliar programas de ação com vistas à implementação das regras da Resolução nº 90, que regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objetos de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado de Recursos Naturais (Seaqua).

Os desafios e perspectivas do licenciamento ambiental de projetos de significativo impacto

A identificação dos principais desafios e dos obstáculos para a condução do processo de licenciamento de atividades e obras de elevado impacto ambiental foram discutidas em workshop promovido pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no dia 18 de setembro. No evento,

que contou com a participação do DMA, foram apresentados exemplos de casos bem-sucedidos, incluindo considerações sobre o potencial das obras de elevado impacto ambiental no direcionamento do desenvolvimento do País.

Palestra do DMA sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e as implicações para o setor industrial foi o tema da palestra proferida pelo DMA no 7º workshop “Embalagens & Sustentabilidade”. O evento, promovido pelo Instituto de Embalagens, foi realizado no dia 10 de outubro.

Conferência Estadual de Meio Ambiente

Nos dias 20, 21 e 22 de setembro, o DMA participou da Conferência Estadual de Meio Ambiente (CEMA), em São Paulo. Na Conferência, foram apresentadas diversas propostas para a questão dos resíduos sólidos, todas com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em 24 de setembro, o DMA, que integra, como representante da Fiesp, a Comissão de Organização do evento, participou de reunião em que foi feito um balanço, considerado positivo, da realização da Conferência Estadual. O DMA foi eleito, como representante da Fiesp, como um dos delegados do setor empresarial que participará da Conferência Nacional de Meio Ambiente, a ser realizada de 24 a 27 de outubro, em Brasília.

Rota da Inovação é apresentada em Franca

Em 26 de setembro, o DMA esteve presente na palestra “Rota da Inovação”. O evento, realizado no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Franca (SP), teve como objetivo apresentar questões importantes sobre a sustentabilidade dos polos calçadistas, ampliando o leque de possibilidades para as empresas.

DMA discute ações conjuntas com a Secretaria Municipal de Serviços

O DMA realizou reunião com o Secretário de Serviços do Município de São Paulo, Simão Pedro Chiovetti, para discutir possíveis ações conjuntas

da Fiesp e da Secretaria na área ambiental. A reunião foi realizada no dia 30 de setembro, na sede da Fiesp.

DMA discute contribuições ao Guia do Declarante do Retep 2014

O Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (Retep) foi o tema da reunião realizada na sede da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), no dia 3 de outubro. Na reunião, que contou com a participação do DMA, foram analisadas contribuições ao Guia do Declarante do Retep 2014. As contribuições definidas no encontro foram encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal para discussão no evento realizado em Brasília nos dias 15 e 16 de outubro.

Proposta da Anama para licenciamento municipal em São Paulo é apresentada em reunião pública

O estudo de casos dos sistemas de licenciamento ambiental dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia e a apresentação da proposta da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anama) para o licenciamento municipal em São Paulo foram os temas de reunião pública realizada no dia 3 de outubro, na sede da Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Participaram da reunião o secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Bruno Covas, membros do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), representantes dos municípios licenciadores no Estado de São Paulo, técnicos e especialistas da área de meio ambiente, bem como representantes do DMA. A proposta formulada pela Anama será discutida na próxima reunião do Consema.

Palestra do DMA sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi o tema da palestra proferida pelo DMA no 7º workshop “Embalagens & Sustentabilidade”. O evento, promovido pelo Instituto de Embalagens, foi realizado no dia 10 de outubro.

Fiesp participa da Conferência Municipal de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas

O DMA participou da abertura da 12ª Conferência Municipal de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas, realizada no dia 4 de outubro, no Memorial da América Latina. A conferência, que teve como tema “Por uma cidade mais sustentável”, foi aberta por uma mesa diretora composta por autoridades de diversas áreas do governo estadual e municipal e por entidades da sociedade civil que expuseram ações com foco nas questões de sustentabilidade. A palestra principal foi proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. A programação do evento incluiu três painéis que contaram com a presença de especialistas da iniciativa privada, governo, academia e terceiro setor para debater os temas “São Paulo e suas águas: equilíbrio entre o excesso e a escassez; Circular e respirar na Metrópole; e Resíduos: do problema à solução”. A mediação foi conduzida pelos jornalistas Milton Jung, Matthew Shirts e Haisem Abaki. Mais informações em <http://anggulo.com.br/p%2B>.



Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp – Cosema

Empresário defende criação de um projeto de Estado para produção de mercadorias sustentáveis



Oskar defendeu a criação de um projeto nacional para o produto brasileiro de origem sustentável.
Foto: Helcio Nagamine / Fiesp

“O Brasil precisa de um projeto de Estado para alavancar o consumo local e internacional e a produção de mercadorias sustentáveis, tendência que configura o novo mercado de luxo”. A afirmação é do empresário Oskar Metsavaht, fundador da Oslen, que participou, como convidado, da 106ª reunião plenária do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema). O empresário contou na reunião, realizada na Fiesp na manhã do dia 24 de setembro, suas

experiências com projetos socioambientais. Metsavaht acredita que o potencial comercial do Brasil está no posicionamento de marcas com o “valor” do País traduzido em produtos sustentáveis. “Mas se não houver um plano de Estado com a participação da indústria, do governo e da sociedade para viabilizar esse mercado, o Brasil vai perder o momento”, ressaltou.

“A gente tem de colocar todos os nossos esforços para fazer um projeto nacional de conscientização do produto brasileiro de origem sustentável. Os Estados Unidos souberam fazer, a China está fazendo e nós estamos perdendo tempo”, afirmou Metsavaht. O empresário reconhece, no entanto, que uma mercadoria de origem sustentável, como uma camisa feita com algodão orgânico, acaba saindo mais caro para o consumidor por ser um produto inovador, tendo em vista que não é produzida em escala. “Um produto sustentável é 30% mais caro. E quem vai bancar isso? A gente repassa para o produto, mas o consumidor também não pode bancar sozinho. Eu gosto de pensar em tripé. Se nós, empresários, investirmos 10%, acreditando que é um

investimento, se a sociedade topar pagar 10%, sabendo que ela está ajudando a transformar e se o governo desonerar uma terceira parte com incentivos, temos um projeto de Estado”, salientou. Embaixador da Boa Vontade da Unesco, Metsavaht acredita que as preocupações com a preservação do planeta e com o estilo de vida são “os valores nobres” deste século. “O mundo quer que saibamos preservar o que nós temos e isso é um ativo maravilhoso para nós. É uma imagem”, afirmou.



A reunião do Cosema foi conduzida pelo presidente do Conselho, Walter Lazzarini. Foto: Helcio Nagamine / Fiesp

Fonte: <http://www.fiesp.com.br/noticias>

Notas informativas

Reciclagem de entulhos reduz o custo de obras em São Paulo

As vantagens econômicas e ambientais da reciclagem de entulhos começam a chamar a atenção dos empresários da construção civil. Montes de entulho avançam por estradas e terrenos baldios. Metade do lixo produzido em São Paulo vem de sobras da construção civil. Há dez anos a lei obriga as construtoras a fazer o descarte em aterros. E elas pagam para isso. Se levarem para usinas de reciclagem fica 40% mais barato. O entulho descartado pela maioria vale muito. Todo o

resíduo trazido de construções e de demolições, quando chega à usina, é levado pela escavadeira até o britador. Em poucos minutos, o equipamento transforma material aparentemente sem valor em produto de mercado, pronto para ser reutilizado em grandes obras. Dali saem pedras de vários tamanhos, como pedriscos e britas, além de areia, que serão usados para pavimentar ruas e construir calçadas. (Fonte: <http://www.globo.com.br>, consultado em 28/09/2013.).

O novo cenário da gestão de resíduos no Brasil

O que a maioria de nós conhecia apenas pelo nome 'lixo' ganhou nova nomenclatura há três anos: rejeitos. Isto é, os resíduos que no momento não contam com tecnologia para reciclagem ou recuperação e que devem ser encaminhados para o aterro sanitário. Assim, a PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) estabelece mudanças na destinação de resíduos sólidos: materiais recicláveis devem retornar à indústria como matéria-prima, os orgânicos deverão ser encaminhados para compostagem. Para que cada resíduo tenha o destino final adequado, é necessário que a coleta seletiva seja realizada de forma efetiva para que cada tipo de material separado ingresse no processo correto de reciclagem.

A coleta seletiva, atualmente realizada por poucos municípios brasileiros, deve ser uma prática comum, possibilitando que as cidades consigam gerenciar os seus resíduos de maneira correta em toda cadeia de consumo: hospitais, indústrias e comércio têm a responsabilidade de elaborar, implementar e executar planos de gerenciamento de resíduos que são avaliados e monitorados por órgãos ambientais específicos. Além disso, os municípios, juntamente com a população, devem elaborar propostas, através das conferências municipais, que diminuam o impacto causado pelos resíduos destinados de forma incorreta.

(Fonte: <http://www.portogente.com.br>, consultado em 28/09/2013).

Norma de redução e controle das emissões de gases de efeito estufa

Uma das conclusões do quinto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e da Organização Meteorológica Mundial (WMO), é a de que a temperatura mundial subiu mais de 0,8°C desde o início do século XX. O IPCC estima que a tendência é de permanente elevação da temperatura até o final do século XXI, muito em função das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

Diante desse cenário, os esforços da comunidade internacional convergem no sentido de limitar as emissões dos GEE, como uma forma de se evitar uma elevação maior da futura temperatura global. A norma ISO 14064, de validação e verificação dos GEE, é uma metodologia para o desenvolvimento de inventários e programas com foco na redução das emissões dos gases de efeito estufa.

A obtenção da ISO 14064 compreende três situações: a

quantificação e elaboração de relatório de emissões (inventário), o desenvolvimento de projetos de redução/remoção de emissões e a validação e verificação de declaração de GEE. Uma instituição atestada nessa norma ainda se destaca pela transparência e credibilidade na quantificação, monitoramento e redução de GEE, bem como pelo desenvolvimento de mecanismos internos fortes para o gerenciamento e comunicação das emissões de gases de efeito estufa. A declaração também facilita a implementação de estratégias e de gerenciamento pela empresa, além de fortalecer a relação de confiança com fornecedores, parceiros e público interno. A ISO 14064 é compatível com os princípios do GHG Protocol, uma ferramenta reconhecida internacionalmente que visa à contabilização das emissões de GEE.

Fonte: Revista Meio Ambiente Industrial, setembro de 2013.

Governo e indústria procuram medidas de apoio à economia verde

A consciência ambiental passará a fazer parte do processo produtivo do País. O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) realizou, em 7 de outubro, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre Produção e Consumo Sustentáveis. O encontro, realizado em Brasília com a participação do governo federal, da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e entidades vinculadas, teve como objetivo debater medidas que estimulem a economia verde.

O comitê é resultado das atividades da Semana do Meio Ambiente, realizada pelo MMA em junho deste ano, no Rio de Janeiro. A ideia é promover a troca de informações entre os envolvidos no processo industrial do País.

Compras sustentáveis - A pauta do primeiro encontro foi a adoção de iniciativas de compras sustentáveis na administração pública. A indústria considera que as particularidades de cada área devem

ser levadas em consideração. Também participaram da reunião integrantes dos ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), tema do evento, fomenta políticas, programas e ações que promovam a produção e o consumo sustentáveis no País. A iniciativa está de acordo com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, sobretudo com as diretrizes do Processo de Marrakesh, que foi criado para dar aplicabilidade ao conceito de produção e consumo sustentáveis e promover mudanças verificáveis nos padrões de produção e consumo no mundo. O PPCS tem como foco seis áreas principais: Educação para o Consumo Sustentável, Varejo e Consumo Sustentáveis, Aumento da Reciclagem, Compras Públicas Sustentáveis, Construções Sustentáveis e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

(Fonte: MMA, 08/10/2013).

Ciclo de vida começa a ser implementado na gestão empresarial

O setor ambiental possui diversos mecanismos de gestão e todos eles cumprem um importante papel na melhoria de processos e, por consequência, na redução de impactos. Entretanto, existem poucos tão reconhecidamente abrangentes quanto a ACV – Avaliação do Ciclo de Vida. Graças ao compromisso cada vez mais representativo da indústria e o engajamento de universidades, inicia-se a formação de um cenário em que a sustentabilidade é chancelada por estudos que consideram essa ferramenta. Visto de maneira ampla, é possível dizer que o consumo de recursos superior à capacidade natural de reposição, um dos principais dilemas da humanidade, pode ser amenizado e, futuramente, sanado. Assim, basta que a análise dos impactos associados ao ciclo de vida de um processo, serviço ou produto – da extração da matéria-prima até a disposição final, abrangendo as etapas de produção, distribuição e consumo – seja considerada na decisão. A simples teoria, porém, mascara uma

prática que envolve normas, metodologias, bancos de dados, uniformizações e sistemas que estão, todos, em vias de definição. A falta de dados leva ao desconhecimento da ferramenta por parte da população. Para solucionar esse problema, está sendo criado um grupo que discutirá a implantação do EPD – Environmental Product Declaration no Brasil, rótulo ambiental fixado pela norma ISO 14025. Fazem parte dessa iniciativa a Associação Brasileira de Ciclo de Vida (ABCV), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Fundação Vanzolini. A norma ISO 14025 também representou um grande avanço internacional no estudo do ciclo de vida dos produtos. A publicação tornou viável a exigência e a consolidação da ferramenta no mundo. Com isso, consumidores conscientes possuem mais aporte durante a escolha (Leia texto na íntegra em Revista Meio Ambiente Industrial, Edição 104, 2013).

Análise de ciclo de vida e reciclagem

A Análise de Ciclo de Vida (ACV) é uma técnica para avaliação dos aspectos ambientais e dos impactos potenciais associados a um produto, compreendendo etapas que vão desde a retirada da natureza das matérias-primas elementares que entram no sistema produtivo até a disposição do produto final. Essa técnica também é conhecida como análise “do berço ao túmulo”. A análise de ciclo de vida de produtos é, na verdade, uma ferramenta técnica

que pode ser utilizada em uma grande variedade de propósitos. As informações coletadas na ACV e os resultados de sua análise e interpretações podem ser úteis para tomadas de decisão, na seleção de indicadores ambientais relevantes para avaliação de desempenho de projetos, reprojeto de produtos ou processos e/ou planejamento estratégico. A ACV encoraja as indústrias a considerarem as questões ambientais associadas aos sistemas de

produção: insumos, matérias-primas, manufatura, distribuição, uso, disposição, reúso, reciclagem. Pode-se dizer também que ela ajuda a identificar oportunidades de melhoramentos dos aspectos ambientais de uma empresa. Estudos baseados em ACV têm demonstrado que as quantidades de energia gastas para obter um produto a partir de matéria-prima virgem são maiores que aquelas gastas para produzi-lo com resíduos reciclados. Por isso, dada a atual crise energética, o governo deveria estabelecer com a máxima urgência uma Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, com responsabilidade compartilhada entre todos os setores envolvidos: poder público, sociedade e setor produtivo. Essa gestão compartilhada e integrada dos resíduos sólidos urbanos deve ser feita localmente, contemplando todas as possibilidades disponíveis e tomando como base as realidades e necessidades sociais, econômicas e ambientais. E, é lógico, sem perder de vista que a reciclagem tem mostrado ser mais econômica nos aspectos de consumo de energia, de água e de materiais acessórios utilizados diretamente na produção de um bem quando comparada à produção a partir de matéria-prima virgem.

1- Quando o aço é produzido inteiramente a partir da sucata, a economia de energia chega a 70% do que se gasta com a produção à base do minério. Além disso, há uma redução da poluição do ar (menos 85%) e do consumo de água (menos 76%), eliminando-se, ainda, todos os impactos decorrentes da atividade de mineração.

2- O papel jornal produzido a partir das aparas requer de 25% a 60% menos energia elétrica do que a necessária para obter papel da polpa da madeira. O papel feito com material reciclado reduz em 74% os poluentes liberados no ar e em 35% os despejados na água, além de reduzir a necessidade de derrubada de árvores.

3- Na reciclagem do vidro é possível economizar, aproximadamente, 70% de energia incorporada ao produto original e 50% de água.

4- Com a reciclagem de plásticos economiza-se até 88% de energia em comparação com a produção a partir do petróleo e preserva-se a fonte de matéria-prima, que é esgotável.

Em resumo, a ACV pode ser utilizada para a obtenção de um melhor entendimento de todo o sistema utilizado para se produzir um produto e, conseqüentemente, aprimorá-lo.

Fonte, Jornal on-line Ambiente Brasil, outubro de 2013.

Fóruns Ambientais

Governamentais – Estaduais

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

A gestão de unidades de conservação no Estado de São Paulo e licenciamento ambiental municipal, o relatório final da Câmara Técnica Processante sobre o recurso especial interposto pela Fiori Agropecuária relacionado às fazendas Fazendão e Carandá e a atribuição de tarefas à Câmara Técnica Processante e de Normatização foram os temas da reunião realizada no dia 17 de setembro.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

As sugestões de indicadores de eficiência e eficácia a serem utilizados no monitoramento da implementação dos projetos aprovados com os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e projetos do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) foram apresentadas e discutidas em reunião realizada em São Paulo, no dia 16 de setembro. Em outro encontro, ocorrido no dia 14 de outubro, também em São Paulo, foram concluídas as análises sobre as sugestões.

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

O encontro teve como pauta o início das discussões sobre a proposta de reajuste nos valores da cobrança do Comitê das Bacias

Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). A reunião foi realizada no dia 17 de setembro, em São Paulo. No dia 8 de outubro, a CT-Cob reuniu-se novamente em São Paulo para debater assuntos relacionados ao coeficiente ponderador X-13 de transposição e à deliberação CRH 90.

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

A Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) fez uma apresentação sobre o Projeto Mina D'Água. Na reunião, realizada em 26 de setembro, em São Paulo, foram discutidas as estratégias para avaliar fontes de recursos destinados ao financiamento de projetos por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

O DMA esteve, no dia 12 de setembro, na Câmara Municipal de Mairinque (SP) para acompanhar a posse do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) de Sorocaba como suplente no conselho gestor da APA Itupararanga para o biênio 2013-2015.

Fóruns Ambientais

Setor Industrial

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip)

O DMA organizou a 3ª Reunião Plenária de 2013 da CAIP, realizada no dia 8 de outubro. Na ocasião, foram abordados diversos assuntos e proferida palestra pelo diretor do DMA, Eduardo San Martin, sobre os novos procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas no Estado de São Paulo.

Confederação Nacional da Indústria (CNI) - Coema

Conselho Temático de Meio Ambiente – Regional Sul-Sudeste

O encontro foi realizado na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no dia 18 de setembro. O objetivo do Coema da Regional Sul-Sudeste é debater pautas regionais, bem como apresentar sugestões ao Conselho Temático de Meio Ambiente sobre temas que tenham potencial de repercussão em todo o País.

Comitês de Bacias Hidrográficas - Federais

Grande (CBH-Grande)

Grupo de Trabalho da Câmara Técnica Institucional (CT-IL)

No encontro, realizado no dia 13 de setembro, em Ribeirão Preto (SP), foi fundamentada a importância da CT-IL para o CBH-Grande e elaborada proposta do regimento.

Diretoria

O repasse dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico e a expansão da hidrovía Tietê/Paraná no trecho do Rio Grande, dentre outros assuntos, foi discutido na reunião ocorrida em 13 de setembro, na cidade de Ribeirão Preto (SP).

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Grupo Técnico de elaboração do Plano de Bacia

O Termo de Referência de elaboração do Plano de Bacia do CBH-Paranapanema foi analisado e discutido em reunião realizada em Maringá (PR), no dia 18 de setembro.

Câmara Técnica de Integração (CT-IPA) e Câmara Técnica Institucional e Legal (CT-IL)

As câmaras realizaram reunião conjunta, no dia 9 de outubro, para também analisar a minuta do Termo de Referência para elaboração do Plano de Bacia. A reunião ocorreu na cidade de Marília (SP).

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Câmara Técnica de Outorgas e Licença Ambiental (CT-OL)

O plano de trabalho da Câmara para a gestão 2013-2014 foi finalizado em reunião realizada em Indaiatuba (SP). Em outra reunião, realizada em 27 de setembro, na cidade de Jundiá (SP), houve o fechamento da proposta do Estudo de Viabilidade de Implantação (EVI), documento elaborado pelo setor industrial visando à implantação de novas indústrias ou ampliação dos sites

existentes. Todas as contribuições feitas pelo DMA foram aprovadas e farão parte do documento final a ser encaminhado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Intercâmaras

Em 17 de setembro, o DMA esteve presente na reunião intercâmaras realizada em Jundiá (SP) para acompanhar apresentação sobre o funcionamento e a operação do Sistema Cantareira, bem como sobre as condicionantes colocadas para a primeira renovação da outorga. Na ocasião, também foi apresentado o diagnóstico da bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari e as ações para a melhora da qualidade ambiental.

Agência de Águas

O trabalho contratado para gestão de contratos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), via consultoria terceirizada, foi analisado em reunião realizada em 24 de setembro, em Piracicaba (SP). Após a verificação do termo de referência e do relatório, foi constatada a regularidade do trabalho e sua eficácia. O DMA da Fiesp continuará a acompanhar o trabalho da consultoria.

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

A apresentação do plano de trabalho da Câmara para a gestão 2013-2014 e a análise do relatório de situação das bacias PCJ foram os temas tratados em reunião realizada no dia 25 de setembro, em Piracicaba (SP). Na ocasião, foi elaborado o parecer para contribuição da CT-PB ao Comitê visando à renovação da outorga do Sistema Cantareira, com a colocação das condicionantes não cumpridas na primeira renovação.

Grupo de Trabalho Critérios

Realizada no dia 26 de setembro, em Piracicaba (SP), a reunião teve como objetivo a finalização da proposta de cronograma e regras para distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e Cobranças PCJ relativos ao exercício 2014.

Fóruns Ambientais

Apresentação do Plano da Macrometrópole

No dia 2 de outubro, o Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp esteve no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) para acompanhar a apresentação da Cobrape sobre o Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista. O Plano abrange cerca de 80 municípios que respondem por cerca de 80% do PIB paulista e por 30% do PIB brasileiro. O estudo tem como objetivo aumentar a oferta de água em cerca de 60 m³/s

até o ano de 2035 visando garantir o abastecimento a uma região que abrigará cerca de 37 milhões de habitantes.

Conselho Deliberativo da Fundação Agência de Águas

Realizada no Museu da Água, em Piracicaba (SP), no dia 10 de outubro, a reunião discutiu e aprovou o plano de trabalho e a proposta orçamentária para o ano de 2014.

Comitês de Bacias Hidrográficas - Estaduais

Aguapeí Peixe (CBH-AP)

A aprovação das complementações solicitadas pelo Conselho de Recursos Hídricos (CRH) da deliberação sobre a proposta de implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no CBH-AP foi, entre outros temas, a pauta da reunião realizada em 25 de setembro, no município de Quatá (SP).

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Na reunião intercâmaras realizada no dia 1º de outubro, em Pirajú (SP), foi constituído o grupo de trabalho que atualizará o plano de bacias do comitê.

Alto Tietê (CBH-AT)

Em reunião realizada no dia 12 de setembro, na cidade de São Paulo (SP), foram propostas as instalações das Câmaras Técnicas de Planejamento e Articulação (CT-PA) e de Gestão de Investimentos (CT-GI), bem como a formação de grupos de trabalho.

Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CT-GI)

Os projetos aprovados pelo Comitê para a utilização dos recursos financeiros advindos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram apresentados pelos tomadores. O encontro ocorreu no dia 18 de setembro, em São Paulo (SP). Em outra reunião, realizada em 2 de outubro, foram planejadas as pautas para as próximas reuniões da CT-GI.

Reunião Plenária

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sediou a reunião plenária, realizada no dia 1º de outubro. Na ocasião, foram analisados os projetos selecionados para uso dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2013, o regimento dos subcomitês e o calendário para inscrições e eleições da sociedade civil visando à participação desse segmento nos cinco subcomitês.

Baixada Santista (CBH-BS)

Câmara Técnica de Saneamento e Uso Múltiplos (CT-SUM)

O estudo para atualização e enquadramento dos corpos hídricos foi apresentado em reunião realizada em 10 de outubro, em Santos (SP).

Baixo Tietê (CBH-BT)

Câmaras Técnicas

A reunião conjunta das Câmaras Técnicas, realizada em Birigui (SP), no dia 2 de outubro, teve como pauta a destinação de verba remanescente do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), que não foi aprovada para outros financiamentos solicitados.

Médio Paranapanema (CBH-MP)

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)

A análise de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2013 e a formalização do Grupo Técnico de elaboração do Relatório de Situação 2013 constituíram a pauta da reunião realizada em 12 de setembro, na cidade de Marília (SP). Em outra reunião, ocorrida no dia 11 de outubro, os temas foram a análise, discussão e proposição de diretrizes e critérios para solicitação de recursos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014, bem como a continuação das tratativas do Relatório de Situação 2013.

Reunião Ordinária

A pauta da reunião foi composta de apresentação do papel do Comitê em processos de licenciamento ambiental, aprovação das complementações solicitadas pelo Conselho de Recursos Hídricos (CRH) e deliberação sobre a proposta de implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no CBH-MP, dentre outros assuntos. A reunião foi realizada em 26 de setembro, no município de Avaré (SP).

Mogi Guaçu (CBH-Mogi)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

A distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) referente ao ano vigente foi o tema da reunião realizada no dia 12 de setembro, em Jaboticabal (SP). No dia 10 de outubro, em nova reunião, foi discutida a elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2012, ano base 2011.

Fóruns Ambientais

Pardo (CBH-Pardo)

Grupo de Trabalho Relatório de Situação (GT-RS)

O início dos trabalhos do Relatório de Situação 2013 - Abordagem dos temas “Dinâmica Socioeconômica” e “Uso e Ocupação do Solo” ocorreu em reunião realizada em Ribeirão Preto (SP), no dia 2 de outubro.

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Câmara Técnica de Assuntos Institucionais (CT-AI)

A lei municipal que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Córregos do Cedro e Cedrinho, dentre outros assuntos, foi debatida em reunião realizada no dia 24 de setembro, no Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), em Presidente Prudente (SP).

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento do (CT-PAS)

Em reunião realizada também no Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), em Presidente Prudente (SP), no dia 10 de outubro, foi apresentado o andamento dos trabalhos do Relatório de Situação e discutidos os critérios para investimentos dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Câmaras Técnicas

Reunião conjunta das Câmaras Técnicas, realizada no dia 4 de outubro, em Santa Fé do Sul (SP), teve como pauta a elaboração do Termo de Referência do Plano de Bacia, Relatório de Situação e discussão dos critérios do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para os próximos anos.

Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI)

A reunião teve como pauta a revisão da deliberação que aprova diretrizes e critérios de pontuação, priorização e hierarquização para distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) no âmbito do CBH-SMG e a revisão dos procedimentos e critérios de pontuação para tomadores de financiamento Fehidro 2014. A reunião foi realizada na cidade de Franca (SP), no dia 1º de outubro.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

A elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2012 e a análise dos Indicadores de Situação dos Recursos Hídricos da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sapucaí Mirim e Grande foram os temas discutidos em reunião que ocorreu em Franca (SP), no dia 7 de outubro. No dia seguinte, ainda em Franca, ocorreu a revisão da deliberação que aprova diretrizes e critérios de pontuação, priorização e hierarquização para distribuição

dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) no âmbito do CBH-SMG, bem como a revisão dos procedimentos e critérios de pontuação para tomadores de financiamento Fehidro 2014.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI)

Em reunião realizada em Sorocaba (SP), no dia 11 de outubro, os participantes deliberaram sobre os pleitos pendentes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2013. Na ocasião, também foi elaborado parecer sobre o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do empreendimento Catarina e iniciadas as discussões sobre o EIA/RIMA do empreendimento de extração de calcário nas jazidas Fazendinha e Mulatinha, dentre outros assuntos.

Turvo e Grande (CBH-TG)

Câmara Técnica de Saneamento (CT-S)

Na reunião realizada em 24 de setembro, em São José do Rio Preto (SP), foram discutidos os planos de saneamento no âmbito do CBH-TG e possíveis propostas e/ou estratégias para efetivo acompanhamento dos planos de saneamento.

Câmaras Técnicas

Os coordenadores das Câmaras Técnicas se reuniram no dia 3 de outubro, em São José do Rio Preto (SP) para tratar da indicação de projetos estratégicos para a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Turvo Grande (UGRHI-15).

Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais CT-PAI)

O Termo de Referência para elaboração do Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Turvo Grande (UGRHI-15) foi discutido em reunião realizada em 7 de outubro, em São José do Rio Preto (SP).

Normas Técnicas

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comissão de Estudo Especial de Acústica (ABNT/CEE-196)

As reuniões realizadas nos dias 23 e 24 de setembro, em Brasília, tiveram como pauta a revisão das normas ABNT NBR 10151 e NBR 10152, que dispõem sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental – Diplomas Legais Recentes

Federal

Lei nº. 12.862, de 17 de novembro de 2013 – Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.

Resolução ANA nº. 1041, de 19 de agosto de 2013 - Define os critérios para análise de balanço hídrico em pedidos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para captação de água e lançamento de efluentes com fins de diluição, bem como para prazos de validade das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências.

Portaria MMA nº. 398, de 1º de outubro de 2013 - Abre processo de consulta pública sobre a atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima - Plano Clima.

Portaria MMA nº. 354, de 27 de agosto de 2013 – Prorroga por seis meses a vigência do grupo de trabalho que discute a sustentabilidade do uso de sacolas plásticas descartáveis.

Instrução Normativa Ibama nº. 16, de 26 de agosto de 2013 – Regulamenta os procedimentos técnicos e administrativos para a emissão da Autorização Ambiental para a realização de operações ship-to-ship em águas jurisdicionais brasileiras.

Convênio ICMS nº 106, de 5 de setembro de 2013 - Altera o Convênio ICMS 7/2013, que autoriza a concessão de redução da base de cálculo ou de isenção do ICMS nas operações internas com sucatas de papel, vidro e plástico destinadas à indústria de reciclagem.

Projetos de lei (PL)

PL nº. 6443/2013 – Altera o § 2º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente para permitir a doação de madeira de origem ilegal, apreendida pela autoridade ambiental competente, para programas de interesse social definidos pelo poder público, e dá outras providências

PL nº. 6441/2013 – Cria, no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o Conselho de Empreendimentos Energéticos Estratégicos (CNEE), destinado a analisar, avocar e decidir, em última e definitiva instância, o licenciamento dos empreendimentos do setor elétrico considerados estratégicos para o Brasil.

PL nº. 6402/2013 – Dispõe sobre a redução no índice de perdas pelas concessionárias ou permissionárias dos serviços públicos de distribuição e abastecimento de água potável, e dá outras providências.

PL nº. 6365/2013 – Cria o Produto Sustentável, regulamenta o inciso VI do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

PL nº. 6359/2013 – Revoga a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas de abastecimento quando existir estação de tratamento.

PL nº. 6330/2013 – Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a recomposição das Áreas de Preservação Permanente com o plantio de espécies frutíferas de valor econômico e dentro dos critérios e exigências estabelecidos.

PL nº. 6324/2013 – Dispõe sobre o Regime Jurídico de Uso do Bioma Cerrado e altera as leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

PL nº. 6313/2013 – Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, com a finalidade de exigir a utilização de fontes alternativas renováveis para fornecer parcela da energia elétrica requerida pelos sistemas de iluminação pública dos novos parcelamentos urbanos.

PL nº. 6259/2013 – Torna obrigatória a contratação de seguro contra o rompimento ou vazamento de barragens, e dá outras providências.

Estadual (SP)

Lei nº. 15.139, de 2 de outubro de 2013 - Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Furto e Roubo de Cabos e Fios Metálicos, estabelece normas de funcionamento para empresas que atuam na comercialização de material metálico denominado “sucata” e dá outras providências.

Resolução SMA nº. 94, de 23 de setembro de 2013 – Revoga as resoluções afetas à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo que especifica.

Resolução SMA nº. 89, de 18 de setembro de 2013 – Institui as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.

Resolução SMA nº. 88, de 17 de setembro de 2013 – Institui o Cadastro de Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis, no âmbito do Estado de São Paulo.

Resolução SMA nº. 84, de 12 de setembro de 2013 – Dispõe sobre a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.

Decisão Cetesb nº. 287, de 11 de setembro de 2013 – Dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.

Projetos de lei (PL)

PL 699/13 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de práticas e métodos sustentáveis na construção civil e dá outras providências.

PL 657/13 – Dispõe sobre a promoção de crédito presumido ao estabelecimento fabricante de produtos têxteis produzidos a partir de materiais reciclados.

PL 599/13 – Institui o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e Demolição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Casos de Sucesso

Inovações tecnológicas implantadas na construção da Usina Hidrelétrica de Jirau para o gerenciamento de resíduos sólidos

A Camargo Corrêa atua em diversos segmentos, como infraestrutura, energia, óleo e gás e construções industriais. A companhia construiu obras que se tornaram ícones da engenharia brasileira e representam o arrojo e o desenvolvimento do País, como a hidrelétrica de Itaipu e Tucuruí, as rodovias Ayrton Senna e Bandeirantes, o Rodoanel de São Paulo e os aeroportos de Cumbica e de Manaus. Além disso, é a líder na construção de usinas hidrelétricas no País.

Descrição das medidas adotadas

A prática inscrita para o prêmio consiste na substituição de soluções convencionais para a destinação final de alguns resíduos sólidos dentro do ramo da construção civil pesada por alternativas sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental. Os resíduos sólidos que se tornaram o motivo dessa prática foram os resíduos de construção/demolição, os resíduos de madeira e os resíduos perigosos (sólidos contaminados e resíduos do serviço de saúde).

Resultados Ambientais e Econômicos

A substituição da acomodação mecânica dos resíduos de madeira em “bota fora” pela solução conjugada entre pátio de reciclagem e picotador de resíduos, com despesas de operação ao longo do período de R\$ 420.259,60, trouxe uma diminuição de R\$ 103.385,21 ao longo de todo o período da obra. O desempenho econômico trazido por essa solução em relação à manutenção do serviço de destinação externa com uso do mesmo fornecedor foi de R\$ 151.659,32, considerando também a quitação de todos os custos de implantação e operação da infraestrutura durante o período de utilização. O desempenho econômico previsto nessa solução é de R\$ 2.319.237,14 em relação à permanência do descarte do resíduo da forma usual, considerando a aplicação do agregado reciclado em 22 substituições ao natural e a quitação de todos os custos de implantação e operação da infraestrutura durante o período de utilização.

Eventos Gratuitos

XV Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade - FIMAI

A FIMAI, que acontecerá nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 2013, no Pavilhão Azul do Expo Center Norte, em São Paulo, é uma mostra atualizada de opções na área ambiental e possibilita o contato com os mais importantes especialistas e empresários atuantes no Brasil. Considerada como a mais importante feira do setor de meio ambiente industrial na América Latina, a FIMAI apresenta-se como excelente opção para mostrar o que há de melhor e mais avançado em nível mundial, sendo um grande atrativo para investidores e empresários nacionais e internacionais que desejam estreitar contatos com empresas do setor, fazer negócios e expandir sua rede de relacionamentos comerciais. Novas tendências, inovações tecnológicas, práticas ambientais bem-sucedidas e proatividade no setor socioambiental são a marca registrada dos expositores da feira, transformando o evento em um centro gerador de experiências e de negócios importantes. Maiores informações e inscrições pelo site: <http://www.fimai.com.br/>

9º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água



A Fiesp, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, no mês de março de 2014, promove o 9º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, que objetiva incentivar boas práticas do uso eficiente da água na indústria, gerando benefícios para toda a sociedade. As inscrições para a 9ª edição do prêmio já estão abertas e poderão ser feitas pela internet, por meio do endereço <http://www.fiesp.com.br/premioagua>.

Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 cdma@fiesp.org.br www.fiesp.org.br Edição: Fábrica C Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.



Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental

